

LUIZ PAULO DA MOITA LOPES
LILIANA CABRAL BASTOS
o r g a n i z a d o r e s

IDENTIDADES

RECORTES MULTIE
INTERDISCIPLINARES

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Identities : recortes multi e interdisciplinares / Luiz Paulo da Moita Lopes e Líliliana Cabral Bastos, organizadores. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2002.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 85-7591-005-1

1. Ciências humanas 2. Ciências sociais 3. Identidade I. Lopes, Luiz Paulo da Moita. II. Bastos, Líliliana Cabral.

02-5854

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Identidade : Perspectivas interdisciplinares : Sociologia 301

capa: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Lúcia Helena Lahoz Morelli

revisão: Ana Elisa de Arruda Penteado

ESTA OBRA CONTOU COM O APOIO DO CNPq
(CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua Barbosa de Andrade, 111

Telefax: (19) 3241-7514

13073-410 – Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

E-mail: livros@mercado-de-letras.com.br

2002

Proibida a reprodução desta obra
sem a autorização prévia do Editor.

*Diferentes pessoas, diferentes lugares e atividades, diferentes objetos e instrumentos, diferentes palavras, diferentes roupas, esses todos trazem à tona – podemos até dizer “recrutam” – diferentes aspectos de nós mesmos. Em relação a e com diferentes pessoas, lugares, objetos, instrumentos, palavras e roupas, nos sentimos como, agimos como e parecemos diferentes pessoas. Somos diferentes si-mesmos situados. Ao imaginarmos os cenários acima, sentimos as mudanças de identidades operando em nossos corpos. (Gee, J. P. “Foreword: a discourse approach to language and literacy”, in: Lankshear, C. – com Gee, J.P.; Knobel, M. e Searle, C. – *Changing literacies*. Buckingham, Open University Press, 1997.)*

*Há uma reestruturação sutil do conhecimento no final do século XX. Novas divisões do trabalho intelectual, pesquisa colaborativa, ensino por grupo de professores, campos híbridos, estudos comparativos, empréstimos cada vez maiores entre as disciplinas, e uma variedade de perspectivas unificadas e holísticas têm criado pressões sobre as divisões tradicionais do conhecimento. Fala-se de “uma permeabilidade das fronteiras”, da “opacidade e mistura dos genres”, de uma volta pós-moderna às grandes teorias e cosmologia e mesmo de “uma profunda crise epistemológica”. Ecoando Clifford Geertz, há na verdade algo acontecendo “em relação ao modo como pensamos sobre o modo como pensamos”. Essas pressões têm muitas origens e servem muitos propósitos. Contudo, compartilham um ponto em comum. Em algum momento, todas foram chamadas de “interdisciplinar”. (Klein, J. T. *Interdisciplinarity. History, theory & practice*. Detroit, Waayne State University press, 1990.)*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO	13
<i>Luiz Paulo da Moita Lopes e Liliana Cabral Bastos</i>	
PARTE I – TEORIZAÇÕES	
1. FIM DOS TERRITÓRIOS OU NOVAS TERRITORIALIDADES?	29
<i>Rogério Haesbaert</i>	
2. O DESEJO DE CIDADE E SEU DISCURSO FUNDANTE: CIDADANIA E PACTO POLÍTICO-TERRITORIAL NO RIO DE JANEIRO	53
<i>Márcio Piñon de Oliveira</i>	
3. TAL OBJETO TAL DONO	69
<i>Luiz Antônio Luzio Coelho</i>	
4. TRANSCRIÇÃO COMO TEORIA: A IDENTIFICAÇÃO DOS FALANTES COMO ATIVIDADE ANALÍTICA PLENA	83
<i>Pedro M. Garcez</i>	
5. NARRATIVA E IDENTIDADE: A MÃO DUPLA DO TEMPO	97
<i>Elliot G. Mishler</i>	

PARTE II – GÊNERO

- 6.** TROCAS MATERIAIS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DE GÊNERO 123
Maria Cláudia Coelho
- 7.** IDENTIDADES BESTIÁRIAS NA COLÔNIA: MONSTRUOSIDADE,
GÊNERO E ORDEM POLÍTICA NA CRONÍSTICA PORTUGUESA
SOBRE O BRASIL DOS SÉCULOS XVI E XVII 135
Pedro Carlos Louzada Fonseca
- 8.** CONSTRUINDO A MASCULINIDADE NA ADOLESCÊNCIA: POSICIONAMENTOS
E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AOS 15 ANOS 149
Michael Bamberg

PARTE III – NACIONALIDADES

- 9.** MEMÓRIA E ESQUECIMENTO COMO FORMAS DE CONSTRUÇÃO
DO IMAGINÁRIO DA NAÇÃO 189
Giovanna Ferreira Dealtry
- 10.** DA NAÇÃO-CRUZADA À NAU-ALADA: A IDENTIDADE PORTUGUESA
NO ENSAÍSMO DE EDUARDO LOURENÇO 201
Maria de Lourdes Soares
- 11.** IDENTIDADES MISTIÇAS: REFLEXÃO BASEADA NA OBRA DO
ESCRITOR PERUANO JOSÉ MARÍA ARGUEDAS 219
Urpi Montoya Uriarte
- 12.** A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL
NAS PÁGINAS DAS CARTILHAS 233
Iole Faviero Trindade

PARTE IV – SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

- 13.** CARTEIRAS DE IDENTIDADE(S) DE VALIDADE LIMITADA 257
Heidrun Krieger Olinto
- 14.** O OLHAR ANTROPOLÓGICO – OU O FIM DO EXÓTICO 267
Karl Erik Schollhammer
- 15.** DISCURSO HAGIOGRÁFICO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO OCIDENTAL 277
Monique Augras

PARTE V – ESCOLA E ACADEMIA

- 16.** DOIS OLHARES SOBRE COMO É “SER PROFESSORA”:
VOZES DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL E VOZES DE
ALUNOS(AS) DO ENSINO FUNDAMENTAL 293
Rosa Maria Hessel Silveira
- 17.** REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES DE INGLÊS COMO
LÍNGUA ESTRANGEIRA SOBRE SUAS IDENTIDADES PROFISSIONAIS:
UMA PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO 319
Maria Antonieta A. Celani e Maria Cecília C. Magalhães
- 18.** A CONFECÇÃO DO MEMORIAL COMO EXERCÍCIO DE
RECONSTITUIÇÃO DO *SELF* 339
Kanavillil Rajagopalan
- 19.** QUEM FALA POR MIM?: IDENTIDADE NA PRODUÇÃO
DISCURSIVA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA 351
Solange Coelho Vereza

PARTE VI – MÍDIA E TECNOLOGIA AUDIO-VISUAL

- 20.** O EU E O OUTRO EM INTERAÇÕES OUVINTE-LOCUTOR DE RÁDIO:
UM ESTUDO DA CO-CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS 365
Patrícia Rodrigues Tanuri Baptista
- 21.** INTERATIVIDADE AUDIOVISUAL E PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE 389
Maria Florentina A. Camerini e Solange Jobim e Souza

PARTE VII – SAÚDE

- 22.** ESQUIZOFRÊNICO PARA SEMPRE? 405
Marci Dória Passos, Maria Tavares Cavalcanti e Branca Telles Ribeiro
- 23.** O RETORNO DA VIDA ATRAVÉS DA ARTE: ANÁLISE DO DISCURSO DE
UMA ARTESÃ/PACIENTE PSIQUIÁTRICA EM SITUAÇÃO DE ENTREVISTA 435
Diana de Souza Pinto e Maria Tereza Lopes Dantas
- 24.** O OLHAR DO CINEMA SOBRE A DIFERENÇA 451
Elí T. Henn Fabris e Maura Corcini Lopes
- SOBRE OS AUTORES 469

(URJ), Maria das Graças Dias Pereira (PUC-Rio), Marilda do Couto Cavalcanti (Unicamp), Marlene Soares dos Santos (UFRJ), Mirian Goldenberg (UFRJ), Pedro M. Garcez (UFRGS), Roberto Corrêa dos Santos (UFRJ/PUC-Rio), Rogério Haesbaert (UFF), Sérgio Carrara (Uerj), Sócrates Nolasco (UFRJ), Solange Jobim e Souza (PUC-Rio), Valter Sinder (PUC-Rio), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ). Também queremos agradecer à Comissão Organizadora, nomeadamente, Lúcia Pacheco de Oliveira (PUC-Rio) (seu apoio foi inestimável, Lucinha!), Maria do Carmo Leite de Oliveira (PUC-Rio), Karl Erik Schollhammer (PUC-Rio) e Alice Maria da Fonseca Freire (UFRJ). Sem a dedicação desses colegas ao projeto do Simpósio, não estaríamos hoje concluindo este volume. Finalmente, somos gratos ao apoio técnico de Tânia Gonçalves de Moraes, de Digerlaine Gomes Tenório e de Anderson da Silva Lopes.

Os organizadores

APRESENTAÇÃO

Luiz Paulo da Moita Lopes

Liliana Cabral Bastos

Trazer este livro para o leitor é um momento muito especial, pois representa a conclusão de nosso trabalho, em conjunto, durante três anos: desde o dia em que, pela primeira vez, pensamos em organizar o Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade em 1999, passando pela realização do evento em 2001, até agora, quando apresentamos este volume, cujos capítulos contêm os trabalhos selecionados dentre aqueles submetidos para publicação.

O interesse despertado pelo Simpósio foi muito grande, o que é evidenciado no número de comunicações recebidas. Um total de 253 (entre 411 submetidas) foi selecionado por uma Comissão Científica de caráter multidisciplinar para compor as 65 sessões temáticas do evento. Neste volume, incluímos 21 trabalhos dos 96 textos encaminhados para publicação e três textos de apresentações plenárias. Dentre os aspectos que singularizam o volume, cabe ressaltar dois: a temática da identidade e a natureza multidisciplinar e interdisciplinar da publicação.

O livro tem como foco central a questão da identidade que está atraindo, praticamente, todo o espectro das Ciências Sociais e Humanas, como, de fato,

evidenciado aqui. Isso é um reflexo das grandes mudanças sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas que vivemos, que têm trazido à tona, no dia-a-dia, a problemática dos gêneros, das sexualidades, das nacionalidades, das etnias, dos territórios, das subjetividades, das diferenças, das identidades profissionais – aqui tematizadas – nos vários espaços institucionais em que atuamos (na escola, nos hospitais, nas famílias, nas igrejas, na mídia etc.) em um momento da história que muitos caracterizam como modernidade tardia ou como pós-colonial no qual impera uma grande reflexividade (Giddens 1992 e Giddens, Beck e Lash 1997). Vivemos, desse modo, tempos em que há em curso um grande repensar sobre quem somos: os vários veículos da mídia (jornais, revistas, rádio, televisão, Internet etc.) deixam clara tal tendência diariamente. Daí o fato de o evento ter despertado o interesse de um grande número de áreas do conhecimento, incluindo até mesmo algumas que não tínhamos previsto na estrutura conceitual inicial do Simpósio, mas que se mostraram produtivas sobre a questão.

Assim, quem somos ou quem estamos nos tornando a cada momento na vida social é uma questão sobre a qual a universidade tem-se debruçado. É nesse contexto que o construto da identidade possibilita a compreensão de como as mudanças que vivemos têm afetado a vida em comunidade e a vida íntima contemporâneas (Woodward 1997 e Giddens 1992) assim como tem também permitido que se reexaminem outros períodos da história ou tópicos já investigados a partir desse mesmo construto, como, aliás, o leitor logo verá. A problemática das identidades de gênero é um exemplo que bem ilustra o ponto sendo levantado aqui. Ao mesmo tempo em que examinar questões relativas a gênero, por exemplo, representa um modo essencial para compreender a vida social contemporânea como reflexo dos movimentos feministas iniciados no século passado, esse construto também possibilita que se investigue o passado com base na compreensão de como nossa vida social é marcada pelo gênero. O fato é que a subjetividade, a sócio-história e as culturas inscritas nos corpos são percebidas como fundamentais na compreensão do mundo em que vivemos.

O outro ponto que singulariza este volume é sua natureza multi e interdisciplinar, como explicitado no seu título. Ainda que as epistemologias contemporâneas cada vez mais indiquem a necessidade do trabalho multidisciplinar na produção do conhecimento ou, pelo menos, a relevância de familiarização com o que outras áreas de investigação têm a dizer sobre tópicos

semelhantes aos que pesquisamos em nosso campo, não temos a tradição de organizar nem eventos nem livros dessa natureza tendo em vista a existência não apenas de poucos projetos multidisciplinares no Brasil mas também dos feudos disciplinares. Foi assim que a proposta de um evento multidisciplinar foi de grande apelo para a comunidade acadêmica brasileira. Tal característica foi apontada pelos participantes do Simpósio como seu grande atrativo, o que o leitor poderá saborear nos capítulos que seguem. Para aqueles interessados na temática da identidade, este volume possibilita, portanto, atravessar as fronteiras entre as áreas de investigação ou penetrar as barreiras dos departamentos e dos institutos/faculdades universitários sem ter que apresentar passaporte, por assim dizer.

Dessa forma, os trabalhos aqui incluídos abrangem várias áreas de investigação, a saber: Antropologia, Comunicação, Design, Educação, Geografia, História, Lingüística, Lingüística Aplicada, Literatura, Psicanálise e Psicologia, e suas subdivisões, ainda que devido ao modo interdisciplinar de trabalhar seguido pelos autores aqui representados fique, algumas vezes, difícil identificar com clareza a vinculação de um capítulo a uma determinada área de investigação. Isso pode fazer com que, no decorrer da leitura, o leitor não se aperceba dos limites disciplinares e atente mais para a questão em foco, o que, no nosso entender, torna o volume ainda mais atrativo por refletir em seus capítulos uma tendência atual na pesquisa de ponta nas Ciências Sociais e Humanas. Preferimos, portanto, organizar o volume por temas e não por disciplinas.

Há, em grande parte dos capítulos aqui incluídos, um esforço interdisciplinar de teorização e de construção metodológica, o que revela, por um lado, a compreensão da necessidade do pensamento interdisciplinar para focalizar a complexa questão das práticas identitárias e, por outro, o fato de os autores parecerem convencidos da relevância da interdisciplinaridade como forma de produção de conhecimento ou de um novo modo de concepção de saber. O que se percebe nos capítulos é uma tendência a integrar idéias de áreas de investigação diferentes para iluminar a questão que está sendo estudada, o que constitui um modo de pensamento crítico e sofisticado. Ou, como indica Portella (1992, p. 6), “enquanto o projeto disciplinar distingue, privilegia, consagra, o programa interdisciplinar combina, solidariza, desmistifica. Ele corresponde, talvez, a um estágio avançado de secularização do conhecimen-

to”. É com os olhos da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade que convidamos o leitor a se aproximar dos capítulos que seguem.

O volume está dividido em sete partes, que agrupam, em grandes áreas temáticas, artigos de pesquisadores de diferentes áreas de investigação, todos trabalhando, como já acima colocado, com base em perspectivas interdisciplinares. Na primeira parte, *Teorizações*, os estudos apresentam diferentes dimensões da reflexão teórica sobre a questão da identidade. Da segunda parte em diante, os artigos foram organizados da seguinte forma: em *Gênero e Nacionalidades*, estão os textos voltados para esses já tradicionais temas dos estudos identitários; em *Subjetividades contemporâneas*, estão os artigos que focalizam dimensões características da subjetividade na vida social atual; em *Escola e academia, Mídia e tecnologia audiovisual e Saúde*, estão os textos que discutem identidades relativas a esses contextos institucionais, que incluem identidades de professores, locutores de rádio, pacientes psiquiátricos entre outros.

Na Parte I – *Teorizações* –, estudos originários dos campos de Psicologia Social, Geografia, *Design* e Lingüística discutem diferentes dimensões da construção identitária, focalizando questões centrais da teorização sobre identidade, tais como o tempo narrativo, o espaço, os objetos e a representação/identificação dos indivíduos nos trabalhos de pesquisa.

No primeiro capítulo, Rogério Haesbaert defende a tese de que a Geografia e o conceito de espaço não estão morrendo no mundo em que vivemos mas sim emergindo sob novas formas e com novos significados, ou seja, “mais do que o desaparecimento dos territórios, o que estamos presenciando é a consolidação de novas formas de organização territorial”. Localizando sua reflexão no seio do debate sobre a modernidade e a globalização, o autor faz uma cuidadosa revisão de diferentes pesquisadores sobre a questão, alinhando-se com aqueles que a concebem com base em uma dimensão cultural política. Haesbaert considera que convivemos hoje com diferentes lógicas de territorialização – as territorialidades múltiplas –, que podem se sobrepor numa mesma escala geográfica – a multiterritorialidade, possibilitando a coexistência de configurações identitárias diferentes.

A seguir, Márcio Piñon de Oliveira, também pesquisador da área da Geografia, discute, baseando-se no caso da cidade do Rio de Janeiro, o discurso fundador como parte das representações que constroem e reconstroem a cidade continuamente, fazendo com que retenha, nesse processo, seus signi-

fleados primeiros, assim como atribua identidade aos seus habitantes. Numa reflexão que integra conhecimentos de Estudos Culturais e Filosofia, o autor aponta que no Rio de Janeiro tais significados se apóiam na concepção de maravilhoso e monumental mas também de uma cidade que precisa ser ordenada e colocada sob o domínio da lei, ou seja, o discurso fundante é caracterizado pela ambigüidade. Quando o maravilhoso é afetado, isto é, quando a cidade enfrenta uma crise social e seu narcisismo é ameaçado, ela se torna perigosa. Argumentando que as reestruturações no espaço físico do Rio de Janeiro se dão exatamente quando esses dois pólos estão em pontos muito distantes um do outro, Pinõn de Oliveira discute a Reforma de Pereira Passos.

Por sua vez, Luiz Antônio Luzio Coelho, com base em estudos da Teoria da Comunicação e do *Design*, centra seu trabalho no pressuposto de que os objetos que nos circulam refletem nossas identidades individuais e grupais. Focaliza exatamente os aspectos afetivos dessa relação que temos com objetos para entender o papel que exercem na construção de nossas identidades. Sugere que isso se torna possível se entendermos as relações com objetos como textuais e mediáticas. Chama atenção para o fato de que esse tipo de estudo só se torna possível quando se faz a crítica de visões racionalistas, estruturalistas e essencializadas do significado, passando-se então a compreender que o afetivo é parte da construção do significado do mundo em nossa volta e, portanto, dos objetos a que somos expostos. É assim que os objetos nos refletem assim como nós os refletimos.

A seguir, Pedro M. Garcez trata de uma questão que parece ser, à primeira vista, bastante específica e de interesse limitado aos estudiosos da fala em interação: a nomeação dos falantes em transcrições para análise de dados. Essa nomeação, no entanto, é uma operação de atribuição de identidade, uma vez que é aí privilegiada uma categoria identitária em detrimento de outras possíveis. Ao nomearmos os participantes de uma interação de “professor” e “aluno”, por exemplo, estamos deixando de lado outras possíveis categorias identificatórias tais como “pai”, “negro” ou “idoso”. Essa questão é discutida com base em debates públicos, travados em periódicos, entre pesquisadores de diferentes tradições, como Análise da Conversação, Análise Crítica do Discurso e Lingüística Aplicada. Trata-se assim de uma questão teórico-metodológica bastante complexa e de sérias conseqüências para o pesquisador interessado na reflexão sobre identidade.

No último capítulo dessa seção, Elliot G. Mishler, da perspectiva da Psicologia Social, discute dois modelos descritivos da ordem temporal, o do tempo do relógio/cronológico e o do tempo narrativo/experiencial, mostrando as conseqüências da adoção desses modelos para a teoria e para a prática da pesquisa sobre desenvolvimento humano. O autor argumenta que as pesquisas sobre narrativas de experiências pessoais (com foco no contexto e na cultura), que em geral adotam o primeiro modelo, em muito se enriqueceriam ao considerar o segundo, uma vez que ele explicaria melhor o “processo contínuo, interminável, de revisar e re-revisar nossas histórias de vida”. Tais revisões são possíveis em função de momentos de virada em nossas histórias de vida, com base nas quais reinterpretemos o que veio antes. Especificamente em relação à identidade, Mishler aponta que esses processos de re-historização constituem nossas múltiplas identidades, ligadas a diferentes pontos de diferentes histórias.

Na Parte II – *Gênero* –, artigos das áreas de Antropologia, Literatura e Psicologia Social tematizam feminilidades e masculinidades, tendo, como objeto de estudo, ilustrações, textos escritos, relatos em entrevistas e interações face a face.

No primeiro artigo, examinando as trocas de presentes entre casais da classe média carioca, Maria Cláudia Coelho focaliza a relação entre as práticas de presentear entre maridos e esposas e a construção das identidades de gênero com base na tradição de estudos antropológicos que têm tratado a dádiva como um caminho para entender a vida social. A pesquisadora apóia a análise em dez entrevistas em profundidade em que os entrevistados narram histórias sobre o presentear. O trabalho indica lógicas diferentes em relação à troca de presentes entre homens e mulheres no universo pesquisado. As mulheres valorizam o tempo-trabalho despendido na procura do presente por parte do marido, e esse valoriza o dinheiro empregado na compra do presente para a esposa, ainda que quando receba presentes coloque valor nas pequenas dádivas que indiquem atenção por parte da mulher. Coelho finaliza indicando que as regras de presentear refletem os papéis tradicionais de gênero em que o homem provê o sustento enquanto à mulher cabem os cuidados do dia-a-dia.

A seguir, Pedro Carlos Louzada Fonseca nos mostra como os bestiários medievais – livros didático-teológicos, com descrições, de objetivas a maravilhosas, de animais familiares, exóticos ou mitológicos – informam a cronística portuguesa sobre o Brasil colonial. Numa análise orientada tanto por pesquisas

em Estudos Culturais quanto por estudos clássicos sobre os bestiários, o autor argumenta que a visão de superioridade do homem, assim como a natureza inferior, libidinosa e “demonologizante” da mulher, fundamenta o discurso do europeu colonizador. Tal discurso, conjugando o selvagem e o feminino, o canibalismo e a sexualidade da brasilíndia, funciona na “legitimação de premissas ideológicas, psicoculturais e sexuais características do andocêntrico logocentrismo europeu”.

Fechando essa parte, o artigo de Michael Bamberg focaliza narrativas de meninos de 15 anos, coletadas em um contexto de entrevistas com foco no grupo, da qual participam cinco garotos e o pesquisador. O objetivo do evento interacional era expor o significado do que é ser um adolescente de 15 anos. Tematizando a questão da agentividade e advogando que os indivíduos são agentes na construção de seus “selves” e não meros reprodutores de ideologias já existentes, o autor analisa uma seqüência de falas centrada no tópico da promiscuidade, que surge em meio a uma história sobre uma colega deles que havia tido encontros sexuais nas férias. O pesquisador procede à análise, utilizando o construto teórico de posicionamento, e examina tanto a narrativa em si como o evento interacional em que ela está sendo contada, na tentativa de revelar como os meninos se posicionam em relação à menina cuja vida é historiada. Bamberg argumenta que essa história tem a função de revelar a base moral dos meninos, indicando, portanto, quem são, ou seja, o que significa ser homem.

A Parte III – *Nacionalidades* –, que contém artigos de Literatura, Antropologia e Educação, abre com um estudo de caráter mais geral sobre nacionalidade, que é seguido de dois estudos que tratam de nacionalidades particulares: a portuguesa e a peruana, ambos a partir da reflexão sobre a obra de escritores nacionais específicos, e a brasileira, a partir da análise de cartilhas escolares.

Giovanna Ferreira Dealtry recorre a Nietzsche, Renan e Bhaba para discutir como o sentido de nação é uma construção imaginária em que as relações entre a memória e o esquecimento do passado permeiam as narrativas relatadas sobre o que é uma nação no presente. Argumenta, portanto, que a construção da nação é uma luta entre narrativas que competem entre si na afirmação do que é a verdade sobre a identidade cultural da nação ou sobre seu imaginário, com base no que deve ser lembrado ou esquecido. Essa visão implica, portanto, que as representações construídas são efêmeras e errôneas.

apagando as diferenças para projetar uma narrativa histórica homogênea. A autora levanta, portanto, a questão crucial de que a investigação sobre a história tem que ser perpassada pelo estudo da linguagem de modo a se poder entender a necessidade de contemplar outras narrativas sobre nação.

No artigo a seguir, Maria de Lourdes Soares nos apresenta ao tratamento que o filósofo português Eduardo Lourenço dá à questão da identidade portuguesa. Numa visão afinada com uma perspectiva construtivista, Soares nos fala, sempre por meio de sua leitura da obra de Lourenço, dos diferentes planos relacionais constitutivos da identidade portuguesa, tais como a relação com a Espanha, com a Europa, com o Brasil, assim como das imagens fundadoras portuguesas, tais como nação-cruzada, nação-navio, nau-alada, pequena casa lusitana. Para Soares, Eduardo Lourenço está entre os principais escritores portugueses (no sentido amplo, não considerando apenas os acadêmicos), cuja personagem central é Portugal.

No capítulo seguinte, Urpi Montoya Uriarte nos introduz à vida e à obra do escritor e antropólogo peruano José María Arguedas para discutir a questão das identidades mestiças – a fusão e a complementaridade. Tanto em sua produção literária quanto na acadêmica, o drama de Arguedas reside não na possibilidade de fusão da cultura espanhola e da quéchua no contexto peruano. Ele advoga assim, numa postura que antecedeu aos movimentos multiculturalistas, um convívio de complementaridade (e não de fusão) entre culturas. Uriarte discute ainda as diferenças do contexto cultural peruano em relação ao brasileiro, ao norte-americano e ao das Antilhas, enfatizando que os discursos de identidade são necessariamente políticos (uma vez que incluem ou excluem segmentos sociais). Sustenta também que a defesa da diversidade não pode acontecer separada da busca pela igualdade, sem o que as propostas de mistura tornam-se utópicas, abstratas e simplistas.

Finalizando essa seção, Iole Faviero Trindade analisa cartilhas de alfabetização utilizadas na escola pública no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, com o objetivo de identificar os discursos de construção da nação brasileira refletidos em tais materiais pedagógicos em um estado formado por grandes grupos de imigrantes de procedência variada e em um momento da história em que a preocupação com a identidade nacional republicana era fundamental. A análise é inspirada em construtos advindos dos Estudos Culturais, da Análise do Discurso e de História e focaliza a repercussão das normas governamentais positivistas nas cartilhas, tais como a imposição do

uso do português na escola, a valorização dos grandes nomes e datas nacionais etc. Tal análise é precedida por uma apresentação dos modelos de República americano e francês que tiveram influência na construção da República brasileira.

A Parte IV – *Subjetividades contemporâneas* – inclui estudos de Literatura e de Psicologia Social. No primeiro capítulo, Heidrun Krieger Olinto argumenta em favor de uma visão não-essencialista de identidade, iniciando com o exemplo de dois autores (um sociólogo/teórico da cultura e um escritor/teórico) e um personagem de um romance pós-colonial em que essa ausência de essência identitária na vida social contemporânea é patente. Nos três casos, a autora identifica processos identitários contingentes, flexíveis e híbridos em que a heterogeneidade é, portanto, típica de como vivem suas vidas sociais, fazendo com que possuam carteiras de identidades múltiplas, por assim dizer. A partir dessa discussão, recorre ao sociólogo alemão Niklas Luhman para explicitar os modos como as sociedades contemporâneas têm-se organizado. Inspira-se na idéia de que esse modo de teorizar a identidade, ao se pautar na diferença política, oferece meios novos para a emancipação.

A seguir, Karl Erik Schollhammer focaliza o que se entende por exotismo na vida contemporânea, comparando o que seria o exótico para o si-mesmo dos viajantes do passado (os exploradores do século XVI, por exemplo) com o que o seria para os viajantes atuais em tempos de globalização (os turistas, os refugiados etc.). O autor argumenta que a procura do exótico que, entre outras motivações, inspirava o viajante no passado desaparece nos dias de hoje posto que o exótico não mais existe, já que, em tempos pós-coloniais, nenhuma alteridade é totalmente nova. O exótico do mundo colonial está em toda parte, não sendo mais idealizado. Após rever o que movia os viajantes de então, Schollhammer centra-se na idéia de que atualmente somos viajantes/turistas no nosso dia-a-dia quando no nosso próprio espaço podemos ser estranhados. Ao concluir, discute o trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado sobre a América Latina como um exemplo de viajante atual na tarefa de entender sua própria identidade ao perceber que está envolvido com o exótico.

No último artigo dessa parte, Monique Augras examina as relações entre a hagiografia (relato da vida dos santos) e a subjetividade do ser humano no Ocidente, partindo de uma concepção de religião como um sistema de significações. Augras nos oferece uma caracterização do discurso hagiográfico, com seus estereótipos, seu caráter exemplar e sua organização temporal invertida,

para mostrar a contraposição entre o discurso teológico (da temporalidade histórica) e o discurso hagiográfico (da temporalidade circular). O texto se fecha com considerações sobre o corpo do ser humano contemporâneo num paralelo com a natureza do corpo no discurso hagiográfico.

A Parte V – *Escola e academia* – contém estudos advindos dos campos da Lingüística, da Lingüística Aplicada e da Educação. Os capítulos tratam da identidade do professor, na escola e na academia, e do aprendiz no ensino universitário (de língua inglesa) contemporâneo.

Rosa Maria Hessel Silveira, respaldando-se numa visão pós-moderna de identidade, que enfatiza seu caráter fragmentado e sua natureza discursiva, analisa a representação da professora em três tipos de texto: redações de alunos do ensino fundamental, literatura infanto-juvenil e autobiografias de autores/professores, chamando atenção para as condições de produção de cada tipo de texto e para as restrições de gênero. A autora identifica múltiplas representações da professora, correspondendo a estereótipos positivos e negativos, tais como aquela que ama as crianças, que cuida, que ensina, que brinca e aquela que é ridícula, incompetente e descontrolada.

Por sua vez, Maria Antonieta A. Celani e Maria Cecília Magalhães, analisando dados coletados em um projeto de formação continuada de professores de inglês em São Paulo, voltado para a reflexão crítica sobre a prática, focalizam as representações que os professores participantes têm sobre o profissional de língua estrangeira como também sobre eles próprios em sua ação na escola. Os dados foram coletados no início do projeto por meio de um questionário e, ao final, por meio da elaboração de um texto. Baseando-se em uma análise dos conteúdos temáticos, informada por teorias socioculturais, as autoras revelam que os professores estão envolvidos em um processo de reconstrução de suas identidades sociais como decorrência de sua co-participação no projeto. Ao finalizar, ressaltam as dificuldades envolvidas nesse processo de reconstrução da identidade profissional, que requer dos professores uma reelaboração de sua vida pessoal e profissional.

Reportando-se ao momento que estava vivendo como candidato ao cargo de professor titular, Kanavillil Rajagopalan discute o memorial como espaço da construção do *self*. A exigência da escrita de tal tipo de texto em que o candidato é levado a essencializar sua identidade é um resquício de um mundo cartesiano em conflito com a pós-modernidade em que as identidades são compreendidas como construções discursivas e heterogêneas. Ressalta que

seu próprio campo de investigação, a Lingüística, entre outros, não está preparado para lidar com o conceito de identidade nos tempos em que vivemos a menos que revisões radicais de construtos com que se opera nessa área sejam feitas. Conclui que o candidato tem que seguir as regras desse universo cartesiano ao se construir como homogêneo no memorial para atender às expectativas institucionais.

No último capítulo dessa seção, Solange Coelho Vereza discute a “indeterminação no discurso em língua estrangeira (LE), e seus possíveis efeitos na identidade discursiva do sujeito”. Baseada em noções como função intersubjetiva da linguagem, jogos de linguagem e força pragmática, a autora analisa relatos em português e inglês, de alunos universitários de língua inglesa, sobre um filme falado em inglês e com legendas em português. Sua análise mostra que os relatos em inglês, embora atinjam seu objetivo pragmático, o de contar a história do filme, não contêm, como os em português, a expressão de sentimentos, julgamentos e valores “em relação tanto ao conteúdo do que dizem, quanto à própria forma daquilo que dizem”.

A Parte VI – *Mídia e tecnologia audiovisual* – apresenta artigos das áreas de Lingüística e Psicologia Social. Dois capítulos tratam de interações mediadas entre profissionais (de mídia e de psicologia) e comunidades de classes populares.

De uma perspectiva sociointeracional do discurso, Patrícia Rodrigues Tanuri Baptista analisa interações entre locutores e ouvintes de três programas populares de rádio, mostrando como são co-construídas as identidades sociais dos participantes com base em recursos lingüístico-discursivos. O primeiro programa analisado é de natureza religiosa: o locutor se projeta como guia espiritual e conselheiro enquanto o ouvinte é a ovelha perdida. No segundo programa, o locutor se coloca como político e o ouvinte, como eleitor; e, no terceiro, locutores e ouvintes se constroem como membros de um mesmo grupo social jovem e de uma mesma família.

A seguir, Maria Florentina A. Camerini e Solange Jobim e Souza discutem as relações entre tecnologia e subjetividade, com o objetivo de apresentar “uma proposta teórico-metodológica para um estudo sistemático da interatividade audiovisual”. Essa proposta se localiza no quadro de um projeto mais amplo de pesquisa-intervenção em uma comunidade de baixa renda, visando construir uma postura crítica dos discursos circulantes nos meios de comunicação. Com base na teorização de Guattari sobre subjetividade

e nas noções de língua e alteridade de Bakhtin, as autoras utilizam a câmara de vídeo como instrumento para provocar uma discussão em torno das imagens (do eu e do outro) projetadas na tela.

A Parte VII – *Saúde* – inclui as áreas de Lingüística, Psicanálise e Educação. Os três capítulos aqui reunidos tratam do diferente, em relação aos que têm saúde: o paciente psiquiátrico (o esquizofrênico e o portador de doença bipolar) e o deficiente físico. Nos três artigos, a condição permanente e absoluta dessa diferença é problematizada.

Com base em pressupostos da Psicanálise e da Sociolingüística Interacional, Marci Dória Passos, Maria Tavares Cavalcanti e Branca Telles Ribeiro analisam os enquadres interpretativos projetados na interação em um encontro entre um psicanalista e um paciente psicótico, em uma sessão de Apresentação de Paciente no contexto de hospital psiquiátrico. Tal sessão tem o objetivo de possibilitar que o paciente se redescreva em outras bases. Apoiando-se na fala do paciente, os enquadres identificados incluem o paranóico, o melancólico, o psicológico, o esquizofrênico etc. e trazem à tona a natureza multifacetada da identidade do esquizofrênico, o que possibilita a intervenção do psicanalista na construção de uma identidade mais positiva para o paciente.

No segundo artigo, Diana de Souza Pinto e Maria Tereza Lopes Dantas enfocam uma entrevista com uma artesã/paciente psiquiátrica na qual, ao relatar como a arte a trouxe de volta à vida, a entrevistada constrói sua identidade de artista competente. Operando dentro dos princípios da Sociolingüística Interacional, as pesquisadoras mostram como essa nova construção identitária da artesã/paciente é revelada ao analisarem seus alinhamentos na conversa com a entrevistadora. Em particular, focalizam os objetos trazidos pela entrevistada para a cena das histórias que narra, ou seja, aquarelas, desenhos etc. tanto como um modo de evidenciar seu trabalho de artesã como também por meio de elementos que ancoram as mudanças tópicas no seu discurso que conduzem ao reenquadramento da interação com a finalidade de representá-la como artista.

No artigo final, Elí T. Henn Fabris e Maura Corcini Lopes, partindo de um serviço de ação comunitária com professores, estagiários de Pedagogia e Psicologia e outros interessados, relatam o uso de filmes que tratam da questão da diferença como um modo de problematizá-la. Esse serviço questiona o conceito de “não-aprendentes” que rotula muitas crianças da rede pública de ensino. Entre os discursos de vários tipos que identificam nessa prática,

ressaltam aqueles de natureza cultural e social que constroem o sujeito a partir de quem o vê. Nesse capítulo, apoiando-se em construtos da área de Estudos Culturais, as autoras analisam quatro filmes, mostrando como a diferença é narrada no cinema, colaborando na construção de significados culturais e afetando políticas de inclusão. Argumentam pela necessidade de tornar visíveis os discursos de inclusão como uma maneira de colaborar na construção de outras representações daqueles marcados como diferentes.

Ao fechar esta Apresentação, desejamos que o leitor venha compartilhar conosco o mesmo prazer que tivemos ao organizar o livro e que este possa ampliar seu interesse pela compreensão das práticas identitárias da perspectiva multi e interdisciplinar que permeia o volume.

Referências bibliográficas

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1992.

GIDDENS, A.; BECK, U. e LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1997.

PORTELLA, E. "A reconstrução da disciplina". *Revista Tempo Brasileiro*, 108, 1992, pp. 5-7.

WOODWARD, K. "Introduction". In: WOODWARD, K. (org.), *Identity and difference*. Londres, Sage, 1997.

WOODWARD, K. (org.) *Identity and difference*. Londres, Sage, 1997.

CAPÍTULO 21

**INTERATIVIDADE AUDIOVISUAL
E PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE**

*Maria Florentina A. Camerini
Solange Jobim e Souza*

A produção da subjetividade é hoje atravessada pelo fluxo ininterrupto de imagens. Diariamente as pessoas, especialmente nas grandes metrópoles, relacionam-se de alguma maneira com as imagens técnicas (televisão, cinema, computador, *outdoors*, encartes de propagandas etc.). A tecnologia interferindo no campo das relações humanas não é propriamente uma novidade. Uma série de inquietações, entretanto, surge relacionada à formação de padrões identitários que são estabelecidos pelo modo como interagimos com as imagens técnicas e criamos narrativas pautadas na interlocução com a experiência virtual.

Por meio de um trabalho comunitário (Pastoral do Recém-nascido),¹ que já existe há muitos anos funcionando com famílias residentes nas favelas da

1. Este trabalho da Pastoral iniciou-se com a distribuição do leite para recém-nascidos. Com a intenção de minimizar seu caráter puramente assistencialista, foi oferecido um espaço de interlocução em que as mães participantes tinham oportunidade de discutir com profissionais formados em psicologia questões relativas ao desenvolvimento psíquico das crianças e de seus familiares.

Rocinha e da Vila Canoas em São Conrado, tivemos a oportunidade de introduzir o uso do vídeo durante as reuniões. O objetivo desse trabalho tem sido criar um espaço de interlocução com mães e responsáveis por crianças recém-nascidas, durante um período de dois anos, enfocando especialmente questões relativas ao desenvolvimento psíquico das crianças e de seus familiares. Entretanto, com a intervenção da videogravação durante as reuniões, os temas se diversificaram, surgindo outros interesses que refletiam questões consideradas igualmente importantes pelos participantes do grupo.² Essas reuniões acontecem uma vez por semana, com uma duração média de 40 minutos e com aproximadamente 50 participantes em cada grupo. Nesses encontros, as pessoas têm oportunidade de expor suas experiências e seus questionamentos por meio da convivência e do diálogo em grupo, explicitando nas trocas verbais o cotidiano vivenciado pela comunidade.

Ao considerarmos os efeitos das imagens técnicas na produção da subjetividade elegemos a imagem audiovisual como alternativa metodológica para a compreensão da construção do conhecimento crítico em grupos comunitários específicos. Nesse sentido, começamos a analisar a escuta, a interlocução e a reflexão desencadeadas pelas imagens gravadas em vídeo dos sujeitos (mães, pais, avós) que participam desses encontros semanais. As imagens gravadas são em seguida apresentadas ao grupo e o diálogo se renova a partir do encontro que se estabelece entre o grupo e seu duplo na tela da TV. Tais recursos nos têm mostrado que ver e ser visto funciona como um dispositivo desencadeador de revelações, emoções e recordações por parte dos participantes, aflorando as subjetividades individuais e coletivas. A imagem técnica permite que uma pessoa se veja sob diferentes ângulos e adquira uma consciência diversificada da sua própria imagem e da imagem do outro. A visibilidade simultânea de si e do outro, possibilitada pela videogravação, favorece a ampliação da consciência alteritária da presença do sujeito no mundo e possibilita a resignificação da produção subjetiva de cada um dos participantes do grupo.

Para esclarecer, cabe situar o conceito de subjetividade com o qual trabalhamos nessa pesquisa. Na verdade, concordamos com Félix Guattari

2. Como veremos mais adiante, neste trabalho privilegiamos destacar os diálogos cujo tema principal é a experiência dos participantes com sua imagem gravada em vídeo.

(1992), quanto ao redimensionamento do conceito de subjetividade; segundo esse autor, a subjetividade é constantemente produzida por “(...) instâncias individuais, coletivas e institucionais” (p. 11), sem que haja qualquer hierarquia entre elas. Subjetividade para além do sujeito individual, produzida junto ao *socius*.³

Isso quer dizer que a subjetividade não pode ser compreendida apenas na esfera de uma interioridade psíquica, de cuja formação mais substancial participa apenas o núcleo familiar com suas variações culturais. A nosso ver, a subjetividade não só encontra-se diretamente implicada em instâncias inconscientes ou egóicas, como depende de um contexto histórico-político-cultural. Dessa forma, as mudanças no campo da tecnologia, as relações espaço-temporais, a produção de imagens, apenas para citar alguns exemplos, são fundamentais para o entendimento dos caminhos da subjetividade contemporânea. Para Guattari:

Seria conveniente definir de outro modo a noção de subjetividade renunciando totalmente à idéia de que a sociedade, os fenômenos de expressão social são a resultante de um simples aglomerado, de uma simples somatória de subjetividades individuais. Penso, ao contrário, que é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, etc. (Guattari e Rolnik 1986, p. 34)

A civilização da imagem administra não apenas o espaço social, mas sobretudo o espaço subjetivo, haja vista a indissociabilidade entre o social e o psíquico. Ela é capilar, atuando no plano sensível, incidindo na forma como o sujeito se posiciona no mundo e se relaciona com ele mesmo. Desse modo, a subjetividade de um indivíduo diz respeito menos à identidade e mais à singularidade, isto é, à possibilidade de viver a existência de uma forma única, no entrecruzamento de diversos vetores de subjetivação. Por outro lado, a singularização não está circunscrita somente ao indivíduo, mas há singularizações presentes nos grupos ou em instituições.

3. Para compreensão do conceito de subjetividade aqui proposto, veja Guattari (1989; 1992), Deleuze e Guattari (1972), Lins (1997) e Lobo (2000).

Neste trabalho pretendemos discutir e analisar a relação que estabelecemos com a imagem técnica e como ela nos constitui no cotidiano, avaliando sua função psicossocial, política e cultural. Nosso objetivo aqui é apresentar uma proposta teórico-metodológica para um estudo sistemático da interatividade audiovisual. Desse modo, cabe esclarecer que não é nossa intenção apresentar resultados conclusivos da pesquisa-intervenção em andamento, pois a análise dos diálogos e das imagens que constam do nosso acervo será objeto de um próximo trabalho.

A tecnologia e as camadas populares

Neste mundo em transformação, o que observamos é um grande descompasso entre os benefícios decorrentes da tecnologia e o acesso ainda bastante restrito desses benefícios a determinados grupos sociais, dificultando que a produção cultural de uma dada época possa atingir, de modo democrático, as diferentes camadas sociais que compõem a realidade brasileira. Vale destacar que se trata aqui de discutirmos não o poder de adquirir os bens de consumo, pois de modo crescente as classes populares urbanas vêm ganhando acesso ao consumo material desses objetos culturais (eletrodomésticos, televisão, vídeo, computador etc.). Entretanto, a formação educacional para usufruir desses aparelhos técnicos de modo crítico e criativo é um dos problemas na sociedade da informação. Trata-se, portanto, de discutirmos o valor simbólico que a tecnologia, especialmente no que diz respeito à relação que estabelecemos com a mídia, adquire na vida cotidiana, construindo os modos de representação das classes sociais, além de padrões identitários que são assimilados como vetores de subjetivação pelas camadas altas, médias e baixas no contexto social brasileiro. Portanto, a mídia é um canal que cria estereótipos culturais, mas também permite uma outra visibilidade das próprias contradições sociais veiculadas pelos estereótipos. Contudo, a possibilidade da crítica não é viabilizada de modo imediato, mas depende do investimento em uma formação cultural que dê acesso a uma leitura crítica aos códigos ou registros simbólicos que circulam através das imagens técnicas nos meios de comunicação. Desse modo, nossa preocupação é construir, junto com a comunidade, uma leitura crítica, constituindo espaços para a utilização dos recursos audiovisuais, e elaborar uma análise de como se processam a

produção do saber e a construção do conhecimento crítico num contexto de trabalho com populações de baixa renda no âmbito da Pastoral.

Nossa compreensão do lugar social e político ocupado pelas camadas populares coincide com a visão apresentada por Santos (1999), a qual enfatiza que a grande parte da população excluída do mercado global, ou que sobrevive à margem da contabilidade pública oficial, chamada por ele de “nação passiva”, seria o verdadeiro agente do futuro do país, isto porque, na nação passiva, se cria uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. Sua verdadeira riqueza estaria no fato de ela ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência. Para Santos (*idem, ibidem*), a tomada de consciência, trazida pelo enraizamento no meio e pela experiência da escassez, além de ser formada pela maior parte da população, tornaria possível a produção de um projeto. O autor acrescenta que o papel principal dos intelectuais hoje seria empenhar-se para mostrar, analiticamente, dentro do todo nacional, a dinâmica e a resistência da “nação passiva”. A reflexão sobre cada realidade contraditória deve ser oferecida tanto às sociedades organizadas nas associações, nos sindicatos, nas igrejas, nos partidos etc., como também à sociedade desorganizada, como esperança de encontrar nessa nova interpretação os elementos necessários para uma sociedade mais condizente com o interesse público de uma organização social mais solidária.

Também Paiva (1998), ao procurar compreender o que é vida comunitária, partindo de sua própria dinâmica, sua composição, enfim, sua estrutura, vislumbra resgatar a solidariedade humana, perdida no modelo individualista da organização social predominante a partir do século XIX. Para a autora,

(...) a solidariedade implícita na proposição comunitária nada tem a ver com os imperativos morais de ética humanista. Solidariedade é, em termos de comunidade, uma verdadeira estratégia dos que, por viverem na escassez ou à margem, constroem um saber particular de convivialismo e de experiência local. Esta última vem se oferecendo como uma espécie de sementeira de novas instituições públicas, capaz de referenciar os contratos em termos de uma nova forma de Estado. (Paiva 1998, p. 11)

Portanto, apostamos que mudanças profundas na estrutura política de uma dada sociedade são construídas no cotidiano das lutas sociais e vão se alicerçando por meio de lentas transformações que se revelam no campo da linguagem, como nos fazem crer as palavras de Bakhtin:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (Bakhtin 1981, p. 41)

O olhar e a palavra na construção da consciência de si

A compreensão que o sujeito tem de si se constitui através do olhar e da palavra do outro. Cada um de nós ocupa um lugar determinado no espaço e desse lugar único revelamos nosso modo de ver o outro e o mundo físico que nos envolve. Nessa perspectiva de análise, a ênfase está no lugar ocupado pelo olhar e pela palavra na constituição do sentido que conferimos à nossa experiência de estar no mundo. Ao observarmos as interações sociais e os enunciados que emergem na vida cotidiana, constatamos nossa necessidade absoluta do outro. Nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse. O território interno de cada um não é soberano, como bem explicita Bakhtin (1985), pois ser significa ser para o outro e, por meio do outro, para si próprio. É com o olhar do outro que me comunico com o meu interior. Tudo o que diz respeito a mim chega à minha consciência através do olhar e da palavra do outro, ou seja, o despertar da minha consciência se realiza na interação com a consciência alheia. Bakhtin (1985) recorre ao conceito de exotopia⁴ para explicitar o fato de uma consciência estar fora de outra, de uma

4. Esse conceito é desenvolvido no texto intitulado "Autor y personaje en la actividade estética", que aparece em Bakhtin (1985).

consciência ver a outra como um todo, o que ela não pode fazer consigo própria. Diz o autor que há uma limitação intransponível no meu olhar que só o outro pode preencher. Cada um de nós se encontra na fronteira do mundo que vê. Aproximando os conceitos de exotopia e dialogismo, ou seja, a experiência espacial do olhar com a experiência vivida na linguagem, Bakhtin diz que, do mesmo modo que minha visão precisa do outro para eu me ver e me completar, minha palavra precisa do outro para significar.

Em um primeiro momento podemos constatar que a visibilidade do sujeito em relação ao seu lugar espacial no mundo e a tomada de consciência em relação a si próprio são determinadas pelo olhar e pela linguagem do outro. Uma dada pessoa, do seu ângulo de visão, pode mediar, com o seu olhar, aquilo que em mim não pode ser visto por mim. Portanto, a construção da consciência de si é fruto do modo como compartilhamos nosso olhar com o olhar do outro, criando, dessa forma, uma linguagem que permite decifrar mutuamente a consciência de si e do outro no contexto das relações socioculturais. Essa dimensão alteritária vivida pelo sujeito no âmbito das interações sociais serve como um espelho daquilo que em mim se esconde, e que só se revela a mim na relação com o outro. Nessa perspectiva, o outro ocupa o lugar da revelação daquilo que desconheço em mim. Vejamos agora uma reflexão que nos conduz à questão da experiência com a câmara como um modo de ampliarmos o campo de nossa percepção, transformando nossa experiência com o conhecimento e a linguagem.

A câmara como mediadora na construção da consciência do espaço social e subjetivo

A câmara pode também ser utilizada como forma de intervenção nas práticas sociais, como desencadeadora de processos de trocas interpessoais que vão sendo construídos pelo grupo e negociados a cada momento. O pesquisador, nesse espaço, embora conduza o processo de intervenção, encontra-se também como sujeito que experimenta com o grupo as descobertas que estão sendo desencadeadas. Nesse caso a câmara é utilizada como instrumento que provoca uma discussão em grupo, tornando a experiência coletiva “de ver e de ser visto” tema fundamental da própria investigação. Com esse enfoque, utiliza-se a videogravação como meio para alcançarmos uma outra visibilidade do nosso lugar no mundo, dos nossos desejos e intenções, incluindo a tomada

de consciência de si causada pelo impacto que a própria imagem e a imagem do outro provocam em nós, quando abordadas através dessa mediação técnica.

Ao introduzirmos a câmara de vídeo nos encontros semanais com o grupo da Pastoral, sabíamos que essa intervenção propiciaria um determinado modo “de ver e de ser visto” entre as pessoas, e que esse olhar, mediado pelas lentes da câmara, permitiria uma compreensão de si e do outro totalmente singular, despertando uma consciência subjetiva e trazendo à tona questões novas para aquele grupo específico. Que questões seriam essas? Como o grupo iria enfrentá-las? O que esse dispositivo técnico – a câmara – seria capaz de desencadear naquele contexto? Que mudanças subjetivas as pessoas envolvidas seriam capazes de explicitar? De que modo a produção de conhecimento, no contexto de um trabalho comunitário específico, pode propiciar novas reorganizações entre a experiência subjetiva e os constrangimentos da vida social? Essas são algumas questões, dentre outras, que tentaremos discutir por meio das análises preliminares dessa pesquisa-intervenção.

Questões metodológicas da pesquisa-intervenção

Essa pesquisa apresenta uma peculiaridade que deve ser destacada: a dimensão processual do encontro entre o pesquisador e o grupo na produção do conhecimento individual e coletivo. Trata-se, portanto, de uma produção de conhecimento que acontece em duas direções complementares. Por um lado, o conhecimento que o grupo vai construindo sobre si mesmo e as particularidades que se revelam a cada sujeito, de modo singular; por outro lado, o conhecimento que o pesquisador vai construindo sobre a própria intervenção proposta por ele, por meio da utilização do vídeo, analisando as conseqüências desencadeadas por esse aparato técnico na dinâmica de funcionamento do grupo, avaliando, especialmente, os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e político-culturais que vão se revelando no grupo ao longo do processo de intervenção.

Podemos demarcar o processo de interação em grupo definindo o modo como se organiza a dinâmica desse encontro, enfocando os seguintes deslocamentos espaço-temporais:

- o lugar ocupado pelo pesquisador por meio de suas intervenções e dos modos de aproximação e diálogo com o grupo;

- o lugar ocupado por cada membro do grupo, com suas intervenções e seus modos de aproximação e diálogo com o pesquisador e os outros membros do grupo;
- o lugar ocupado pela câmara que interfere na dinâmica de funcionamento do grupo como um objeto que desencadeia sentimentos, atitudes e comportamentos.

Cabe destacar que em todos os momentos da pesquisa-intervenção o pesquisador é um sujeito que participa, junto com o grupo, da construção de sentidos sobre essa experiência comum. Isso significa que há uma negociação permanente de produção de linguagem entre o grupo e o pesquisador, mediada pela câmara.⁵ Portanto, o pesquisador assume um lugar necessariamente ambivalente, uma vez que ele é o autor do processo de intervenção, mas, ao mesmo tempo, ele também é um sujeito que experimenta com o grupo um acontecimento novo, propiciando possibilidades de produção de conhecimento inusitadas tanto para o grupo como para ele (pesquisador). Essa ambivalência é, portanto, extremamente produtiva, pois estimula a experiência simultânea do saber e do não saber, criando espaço para que o discurso do outro se integre ao do pesquisador, revelando as possibilidades criativas e críticas do conhecimento construído na interação com o outro. A proposta do pesquisador é, portanto, construir um conhecimento dialógico e alteritário, ou seja, um conhecimento permanentemente compartilhado.

Num primeiro momento, a câmara registra o encontro do grupo, suas imagens e narrativas. O tema surge no grupo e vai se desenvolvendo a partir das intervenções da fala do pesquisador e do movimento da câmara no espaço em que acontece o encontro. A câmara é um objeto que interfere ativamente no discurso das pessoas, pois sua presença é fortemente levada em consideração. O grupo sente necessidade de falar sobre a experiência vivida no momento em que as pessoas são registradas como imagens pelo aparato técnico. A diferença entre ver uma imagem qualquer na tela da TV e ver sua própria imagem refletida é uma situação nova, e esse acontecimento passou a ser o tema principal das

5. A videogravação é realizada por um participante voluntário que opera tecnicamente a câmara, mas não dialoga com o grupo diretamente. Portanto, a análise do material coletado durante as reuniões leva em consideração a tríade pesquisador, grupo e câmara, como aparato técnico que interfere no diálogo do grupo

conversas, desencadeando uma tomada de consciência da dimensão alteritária entre o “eu” e o “outro”.⁶ O grupo, em seguida, analisa as imagens gravadas e discute os sentimentos, as falas e as experiências afetivas e cognitivas que foram sendo produzidas a partir da experiência “de ver e de ser visto” na tela da TV, como veremos a seguir nos seguintes excertos:

O vídeo é importante porque a gente vê a gente falando, como a gente faz, como a gente assiste... aí é importante para a gente sim. (Joana)

Sem o vídeo as pessoas vêm de qualquer jeito e com o vídeo vêm mais arrumadas [risos]. Teve uma pessoa aqui que eu não vou falar quem é, olhou e falou assim: – Puxa! Como eu estou feia! Semana que vem venho mais bonitinha, pra eu aparecer melhor. Não é verdade? (Marina)

Geralmente o pessoal fica aqui sentado olhando e dizendo: ih! olha lá! Fulano está assim, beltrano está assado. Eles tentam se expressar naquilo ali. Toda vez que venho aqui tento sempre ver o que passou de quando eu não vim. (Geraldo)

Acho que vê os vacilinhos das pessoas. Olha lá! [apontando para a TV] Eu por exemplo, só estou balançando aquela perna ali. É uma mania que eu tenho... (Claudinha)

A maioria tem vergonha. (Marina)

Estou achando este trabalho bom, porque incentiva as pessoas a debaterem. (Joana)

O que podemos perceber é que o vídeo motiva o grupo, especialmente pelo enfrentamento visual com uma imagem que se revela sem a nossa escolha prévia, uma imagem que surpreende porque em geral não coincide com as expectativas que temos em relação a nós mesmos.

6. Estamos aqui nos referindo apenas às reuniões iniciais, pois a novidade da utilização do vídeo no grupo direcionou o diálogo para esse tema. Posteriormente, os temas se diversificaram e o assunto sobre a imagem já não era mais o foco das atenções. Privilegiamos, neste trabalho, mostrar apenas alguns fragmentos das falas dos participantes nesses encontros iniciais.

Construindo as categorias de análise da interatividade audiovisual

Cabe destacar que essa pesquisa-intervenção ocorre a partir de uma experiência global de interatividade entre pessoas e um aparato técnico. Nosso objetivo é buscar caracterizar detalhadamente essa experiência, e construir as categorias para uma análise mais apurada desse acontecimento. Portanto, distinguimos dois momentos diferentes de análise da interatividade audiovisual.

A) Análise da experiência do grupo no momento de intervenção da videogravação (forma e conteúdo do discurso)

Esse momento da análise refere-se à própria interação grupal e ao modo como se organiza o conteúdo das narrativas de acordo com as diferentes posições sociais, marcadas nos gêneros discursivos que o pesquisador e as pessoas assumem diante da câmara. Essa análise refere-se principalmente aos temas que surgem e ao modo como esses temas vão se constituindo no discurso, ao longo da reunião. Portanto, o que está em pauta nessa vertente de análise é o conteúdo e os gêneros discursivos possíveis no contexto de um determinado encontro.

B) Análise das imagens gravadas

Essa análise refere-se às imagens gravadas e ao que elas revelam para as pessoas do grupo no momento em que se relacionam com suas imagens na tela da TV. Em outros termos, o que se procura destacar é a tomada de consciência de si e do outro evidenciada pelos movimentos da câmara, como, por exemplo: tomadas em *close-up*, detalhes, distanciamentos, imagens em câmara lenta, imagens em velocidade etc. Enfim, a possibilidade de se ver sob diferentes ângulos na tela da TV permite-nos uma outra consciência sobre o lugar que ocupa o nosso corpo no espaço, mas, também, sobre o efeito do olhar do outro sobre nós. A câmara expande a dimensão exotópica do olhar do outro sobre mim, recriando tecnicamente situações impossíveis de serem registradas pelo olhar natural. Nossa intenção é analisar o discurso que se evidencia por meio das imagens gravadas, registrando os momentos reveladores da tomada de consciência do sujeito em relação a si mesmo e em relação às trocas intersubjetivas que se desenvolvem num determinado contexto social. Vamos destacar, portanto, três momentos de tomada de consciência do sujeito, que

são revelados pela experiência de ver e analisar as imagens gravadas no contexto da reunião em grupo. Cabe ressaltar que essas categorias não se evidenciam no discurso de forma estanque, mas são reveladas simultaneamente no modo como o diálogo vai se constituindo naquele momento específico de interação entre as pessoas que participam do grupo.⁷ Para ilustrar essa questão apresentamos abaixo alguns fragmentos de diálogo.

- *O outro para mim* – situações em que o meu discurso emite uma opinião sobre o outro, ou seja, o que eu revelo ao outro do que sei sobre ele do meu ângulo de visão.
 - “Vanusa tem um radar nos olhos que não deixa passar nada” (Marina).
 - “Eu, Vanusa, Lucinha e Cláudia, quando falamos, as outras pessoas só escutam, só riem ou balançam a cabeça” (Marina).
- *Eu para o outro* – situações em que o outro emite uma opinião, um discurso sobre a minha pessoa, revelando a mim o que sabe sobre a minha pessoa de seu ângulo de visão.
 - “Eu não gosto de me ver não, estou sempre no canto, acho que não fico bem, não sou bonita. Mas gosto de ver as pessoas conversando, falando sobre as imagens, eu acho ótimo...” (Penha).
 - “Oh tia! Vou dizer uma coisa para a senhora, tem gente muito mais feia que a senhora que aparece na televisão. A senhora não é feia não. Nenhum de nós é feio. Adivinha por que me acho feia? Falta de dente e dinheiro para me cuidar, por isso é que me acho feia...” (Magali).
- *Eu para mim mesmo* – transformações que se operam em mim a partir da experiência de refletir sobre o meu discurso e o discurso alheio. Esse é o momento em que a tomada de consciência do sujeito sobre si mesmo e sobre o outro acontece mediada pelas imagens gravadas.

7. Essas categorias foram criadas com base no conceito de exotopia desenvolvido por Mikhail Bakhtin e mencionado anteriormente neste trabalho.

e põe em evidência uma dinâmica interativa que organiza a produção de conhecimento, levando em consideração a prática dialógica e a dimensão alteritária entre eu e o outro.

“– A gente tem uma noção do que a gente comenta, a maneira como a gente se expressa, a gente está vendo tudo no vídeo” (Joana).

“– Para mim é uma emoção, porque nunca pensei na minha vida um dia chegar na televisão, mesmo assim, através do vídeo. Nós que somos mais da antiga, nunca pensamos que íamos chegar numa idade de ver as coisas que a gente até não esperava. A gente é da época que não existia televisão, até um rádio era difícil. Fico assim imaginando... Ah! meu Deus! como é que as coisas evoluíram tanto e chegaram a esse ponto, né? A gente numa comunidade carente ter uma fita, um aparelho de TV e poder se ver num grupo. A gente se vê, vê os vizinhos e os não-vizinhos. A gente se encontra e se conhece. Para a minha idade eu acho uma coisa superbacana”(Maria).

“– Eu acho até demais, porque essa presença aí é mais do que a minha” (Geraldo).

“– Você vê até o que não queria ver” (Penha).

“– Achei que estava com muita energia. Eu me vendo na TV (no vídeo) me senti fazendo reportagem por um dia. Aí você se vendo, vê que loucura, ter que pedir, não, quase implorar para pessoas falarem. Porque é importante falar. Obrigada por terem me ajudado. É um mínimo trabalho, mas gostei de ver” (Cristina).

Constatamos que a experiência com o vídeo deflagra no grupo o desejo de falar sobre si. Enfrentar sua própria imagem é um ponto de partida que não permite outra escolha. Mesmo que um determinado indivíduo não faça nenhum comentário sobre si, ele corre o risco de que alguém o faça. Portanto, nossa intenção com esse trabalho foi apenas apresentar o modo como o tema da interatividade audiovisual foi abordado pelos participantes e, desse modo, sustentar nossos argumentos sobre as possibilidades profícuas de produção da subjetividade e do conhecimento por meio de uma intervenção que cria, com o auxílio de um aparato técnico – o vídeo –, uma nova possibilidade de atuação no campo da psicologia. Gostaríamos de registrar que o trabalho de pesquisa até aqui realizado vem apontando para a necessidade de aprofundarmos nossas investigações, criando estratégias metodológicas de intervenção com a utilização

do vídeo para uma análise profícua da produção da subjetividade e dos modos de produção de conhecimento na contemporaneidade. Com isso, pretende-se ampliar as possibilidades de atuação do psicólogo numa perspectiva crítica e transformadora das relações entre sujeito e cultura no âmbito social.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- _____. *Estética de la creación verbal*. México, Siglo XXI, 1985.
- COSTA, J.F. *A ética e o espelho da cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, S. *O Anti-Édipo capitalismo de esquizofrenia*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1972.
- GUATTARI, S. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- _____. *As três ecologias*. Campinas, Papirus, 1989.
- _____. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- _____. "Da produção de subjetividade". In: PARENTE, A. (org.). *Image Maquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- JOBIM E SOUZA, S. (org.). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000a.
- _____. *Mosaico: imagens do conhecimento*. Rio de Janeiro, Rios Ambulosos/Faperj, 2000b.
- LINS, D. (org.). *Cultura e subjetividade. Saberes nômades*. Campinas, Papirus, 1997.
- LOBO, L. "Subjetividade: a desconstrução de um conceito". In: JOBIM E SOUZA, S. (org.). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.
- PAIVA, R. *O espírito comum: comunidade e globalismo*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____. "Nação ativa, nação passiva". *Folha de S. Paulo*, "Caderno Mais", 21 de novembro de 1999.

PARTE VII
SAÚDE

Portanto, apostamos que mudanças profundas na estrutura política de uma dada sociedade são construídas no cotidiano das lutas sociais e vão se alicerçando por meio de lentas transformações que se revelam no campo da linguagem, como nos fazem crer as palavras de Bakhtin:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (Bakhtin 1981, p. 41)

O olhar e a palavra na construção da consciência de si

A compreensão que o sujeito tem de si se constitui através do olhar e da palavra do outro. Cada um de nós ocupa um lugar determinado no espaço e desse lugar único revelamos nosso modo de ver o outro e o mundo físico que nos envolve. Nessa perspectiva de análise, a ênfase está no lugar ocupado pelo olhar e pela palavra na constituição do sentido que conferimos à nossa experiência de estar no mundo. Ao observarmos as interações sociais e os enunciados que emergem na vida cotidiana, constatamos nossa necessidade absoluta do outro. Nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse. O território interno de cada um não é soberano, como bem explicita Bakhtin (1985), pois ser significa ser para o outro e, por meio do outro, para si próprio. É com o olhar do outro que me comunico com o meu interior. Tudo o que diz respeito a mim chega à minha consciência através do olhar e da palavra do outro, ou seja, o despertar da minha consciência se realiza em interação com a consciência alheia. Bakhtin (1985) recorre ao conceito de *exotopia*⁴ para explicitar o fato de uma consciência estar fora de outra, de uma

4. Esse conceito é desenvolvido no texto intitulado "Autor y personaje en la actividad estética", que aparece em Bakhtin (1985).

consciência ver a outra como um todo, o que ela não pode fazer consigo própria. Diz o autor que há uma limitação intransponível no meu olhar que só o outro pode preencher. Cada um de nós se encontra na fronteira do mundo que vê. Aproximando os conceitos de exotopia e dialogismo, ou seja, a experiência espacial do olhar com a experiência vivida na linguagem, Bakhtin dirá que, do mesmo modo que minha visão precisa do outro para eu me ver e me completar, minha palavra precisa do outro para significar.

Em um primeiro momento podemos constatar que a visibilidade do sujeito em relação ao seu lugar espacial no mundo e a tomada de consciência em relação a si próprio são determinadas pelo olhar e pela linguagem do outro. Uma dada pessoa, do seu ângulo de visão, pode mediar, com o seu olhar, aquilo que em mim não pode ser visto por mim. Portanto, a construção da consciência de si é fruto do modo como compartilhamos nosso olhar com o olhar do outro, criando, dessa forma, uma linguagem que permite decifrar mutuamente a consciência de si e do outro no contexto das relações socioculturais. Essa dimensão alteritária vivida pelo sujeito no âmbito das interações sociais serve como um espelho daquilo que em mim se esconde, e que só se revela a mim na relação com o outro. Nessa perspectiva, o outro ocupa o lugar da revelação daquilo que desconheço em mim. Vejamos agora uma reflexão que nos conduz à questão da experiência com a câmara como um modo de ampliarmos o campo de nossa percepção, transformando nossa experiência com o conhecimento e a linguagem.

A câmara como mediadora na construção da consciência do espaço social e subjetivo

A câmara pode também ser utilizada como forma de intervenção nas práticas sociais, como desencadeadora de processos de trocas interpessoais que vão sendo construídos pelo grupo e negociados a cada momento. O pesquisador, nesse espaço, embora conduza o processo de intervenção, encontra-se também como sujeito que experimenta com o grupo as descobertas que estão sendo desencadeadas. Nesse caso a câmara é utilizada como instrumento que provoca uma discussão em grupo, tornando a experiência coletiva “de ver e de ser visto” tema fundamental da própria investigação. Com esse enfoque, utiliza-se a videogravação como meio para alcançarmos uma outra visibilidade do nosso lugar no mundo, dos nossos desejos e intenções, incluindo a tomada

de consciência de si causada pelo impacto que a própria imagem e a imagem do outro provocam em nós, quando abordadas através dessa mediação técnica.

Ao introduzirmos a câmara de vídeo nos encontros semanais com o grupo da Pastoral, sabíamos que essa intervenção propiciaria um determinado modo “de ver e de ser visto” entre as pessoas, e que esse olhar, mediado pelas lentes da câmara, permitiria uma compreensão de si e do outro totalmente singular, despertando uma consciência subjetiva e trazendo à tona questões novas para aquele grupo específico. Que questões seriam essas? Como o grupo iria enfrentá-las? O que esse dispositivo técnico – a câmara – seria capaz de desencadear naquele contexto? Que mudanças subjetivas as pessoas envolvidas seriam capazes de explicitar? De que modo a produção de conhecimento, no contexto de um trabalho comunitário específico, pode propiciar novas reorganizações entre a experiência subjetiva e os constrangimentos da vida social? Essas são algumas questões, dentre outras, que tentaremos discutir por meio das análises preliminares dessa pesquisa-intervenção.

Questões metodológicas da pesquisa-intervenção

Essa pesquisa apresenta uma peculiaridade que deve ser destacada: a dimensão processual do encontro entre o pesquisador e o grupo na produção do conhecimento individual e coletivo. Trata-se, portanto, de uma produção de conhecimento que acontece em duas direções complementares. Por um lado, o conhecimento que o grupo vai construindo sobre si mesmo e as particularidades que se revelam a cada sujeito, de modo singular; por outro lado, o conhecimento que o pesquisador vai construindo sobre a própria intervenção proposta por ele, por meio da utilização do vídeo, analisando as consequências desencadeadas por esse aparato técnico na dinâmica de funcionamento do grupo, avaliando, especialmente, os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e político-culturais que vão se revelando no grupo ao longo do processo de intervenção.

Podemos demarcar o processo de interação em grupo definindo o modo como se organiza a dinâmica desse encontro, enfocando os seguintes elementos espaço-temporais:

- o lugar ocupado pelo pesquisador por meio de suas intervenções e dos modos de aproximação e diálogo com o grupo;

- o lugar ocupado por cada membro do grupo, com suas intervenções e seus modos de aproximação e diálogo com o pesquisador e os outros membros do grupo;
- o lugar ocupado pela câmara que interfere na dinâmica de funcionamento do grupo como um objeto que desencadeia sentimentos, atitudes e comportamentos.

Cabe destacar que em todos os momentos da pesquisa-intervenção o pesquisador é um sujeito que participa, junto com o grupo, da construção de sentidos sobre essa experiência comum. Isso significa que há uma negociação permanente de produção de linguagem entre o grupo e o pesquisador, mediada pela câmara.⁵ Portanto, o pesquisador assume um lugar necessariamente ambivalente, uma vez que ele é o autor do processo de intervenção, mas, ao mesmo tempo, ele também é um sujeito que experimenta com o grupo um acontecimento novo, propiciando possibilidades de produção de conhecimento inusitadas tanto para o grupo como para ele (pesquisador). Essa ambivalência é, portanto, extremamente produtiva, pois estimula a experiência simultânea do saber e do não saber, criando espaço para que o discurso do outro se integre ao do pesquisador, revelando as possibilidades criativas e críticas do conhecimento construído na interação com o outro. A proposta do pesquisador é, portanto, construir um conhecimento dialógico e alteritário, ou seja, um conhecimento permanentemente compartilhado.

Num primeiro momento, a câmara registra o encontro do grupo, suas imagens e narrativas. O tema surge no grupo e vai se desenvolvendo a partir das intervenções da fala do pesquisador e do movimento da câmara no espaço em que acontece o encontro. A câmara é um objeto que interfere ativamente no discurso das pessoas, pois sua presença é fortemente levada em consideração. O grupo sente necessidade de falar sobre a experiência vivida no momento em que as pessoas são registradas como imagens pelo aparato técnico. A diferença entre ver uma imagem qualquer na tela da TV e ver sua própria imagem refletida é uma situação nova, e esse acontecimento passou a ser o tema principal das

5. A videogravação é realizada por um participante voluntário que opera tecnicamente a câmara, mas não dialoga com o grupo diretamente. Portanto, a análise do material coletado durante as reuniões leva em consideração a tríade pesquisador, grupo e câmara, como aparato técnico que interfere no diálogo do grupo